



## BAHIA

# Vigilantes da UFBA decretam greve por tempo indeterminado

**Segundo categoria, universidade tem dívida de R\$ 15 milhões com empresa que detém contrato dos vigilantes e que companhia não teria como garantir salários do próximo mês**



Os vigilantes que prestam serviço para a Universidade Federal da Bahia (UFBA) iniciaram, na manhã desta terça-feira (27), uma greve por tempo indeterminado. A decisão foi tomada nesta manhã, durante assembleia realizada na portaria do campus de Ondina.

Segundo a categoria, a UFBA possui uma dívida de R\$ 15 milhões com a empresa que detém o contrato de terceirização dos cerca de 380 vigilantes.

O Sindicato dos Vigilantes (Sindivigilantes) informou que a empresa garantiu os salários deste mês, mas informou que não terá como arcar com o próximo pagamento. Com isso, a categoria a provou a greve e reivindica que a UFBA pague os salários diretamente aos vigilantes.

A reportagem entrou em contato com a UFBA, que ficou de se posicionar sobre o caso.

### Semana passada

Na quinta-feira (22), os vigilantes já havia feito uma paralisação de 24h, por conta da situação. Na ocasião, através de nota, a universidade informou que mantinha diálogo com o sindicato da categoria e com a empresa responsável pela contratação dos vigilantes, na busca de alternativas para reduzir as pendências financeiras.

Na última semana, as aulas noturnas foram suspensas, por conta da paralisação dos vigilantes. Ainda não há informações se o mesmo ocorrerá nesta terça (27).

Ainda na nota da última semana passada, a UFBA disse que a grave situação orçamentária atravessada pela universidade e causada pela defasagem da dotação acumulada nos últimos cinco anos, do contingenciamento de recursos e do bloqueio de 30% de seu orçamento pelo Ministério da Educação. A instituição informou ainda que esse quadro vem impedindo a instituição de manter em dia pagamentos a seus fornecedores e que a Reitoria tem buscado solucionar através de diálogo com o Ministério.

Fonte: G1 Bahia

## **CARTA**

### **A Servidores, Professores e Alunos da UFBA**

### **OS 338 VIGILANTES QUEREM O EMPREGO, SALARIO E UMA UFBA**

### **FORTE E CIDADÃ**

338 Vigilantes espalhados nas diversas unidades da Universidade Federal da Bahia – UFBA em todo o estado, cuidando da proteção de funcionária (o)s, professora (e)s e aluna (o)s estão sob a ameaça de perderem seus empregos, seu salário e a oportunidade de exercerem a sua tarefa de proteger a vida e o patrimônio da Ufba, tudo em razão das tentativas dos governos Temer e Bolsonaro de destruir as Universidades.

Alegando uma dívida de mais de 15 milhões, a empresa contratada pela Ufba, a Map, instou o Sindicato, baseado na Convenção Coletiva e na lei de licitações, a “suspender os contratos de trabalho de todos os Vigilantes”.

O Sindicato tem buscado na autoridade universitária uma solução para manter os empregos e a segurança de todos, propondo como alternativa, o “pagamento direto, pela Ufba, aos vigilantes”.

Infelizmente, após a paralisação de 24 horas realizada na semana passada, a situação caminha para o pior dos desfechos: o desemprego dos trabalhadores e a piora na segurança geral da comunidade. Por isto os trabalhadores retomam a greve como um instrumento central de luta contra o emprego o principal culpado deste quadro: a turma do Bolsonaro.

A Universidade também é nossa, nossa fonte de sustento e de formação da cidadania para nós, nossos filhos e dos cidadãos da nossa Bahia.

Pedimos e contamos com o seu valioso apoio e solidariedade.

Salvador, 27/08/2019.

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

# DIRETORIA DO SINDICATO SVNIT VISITA POSTOS DE SERVIÇO NA NOSSA BASE TERRITORIAL E SÃO RECEBIDOS POR VEREADOR EM RIO BONITO.



A diretoria do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões durante essa semana visitou vários postos de serviços, Agências Bancárias, Cemitérios, Estaleiros, Tribunal de Justiça entre outros.

Ouvimos de vários Vigilantes as suas reivindicações e suas reclamações sobre irregularidades que algumas empresas vêm cometendo.

Estivemos também visitando postos de serviços onde detectamos empresas clandestinas, e em outros locais detectamos desvio de função, estamos preparando varias denuncias para ser apresentadas a Policia Federal pedindo fiscalização.

Além disso, também estivemos a em alguns postos de serviço entregando Cestas Básicas aos associados pela passagem do seu aniversario.

Em Rio Bonito fomos recebidos pelo Vereador Reginaldo Ferreira Dutra do PMDB que declarou apoio às reivindicações da nossa categoria e se colocou a disposição para nos ajudar no Município.



A diretoria do Sindicato Svnit entregou ao Vereador uma proposta de projeto de Lei para ser apresentada na Câmara que garante Vigilantes 24 horas nas agencias Bancarias de Rio Bonito e também garante mais segurança para os clientes das agências.

O Vereador Reginaldo Ferreira Dutra do PMDB ao ouvir as nossas reivindicações se comprometeu em apresentar o projeto nesta semana e quando for ser votado no plenário convidará a direção do Sindicato e os Vigilantes para que acompanhe a votação.

O Objetivo da direção do Sindicato Svnit em apresentar esse projeto ao Vereador é buscar encontrar meios para garantir mais empregos para a nossa categoria, ficamos contentes quando encontramos pessoas serias como excelentíssimo Vereador Reginaldo Ferreira Dutra do PMDB que se propõe a ajudar a nossa categoria e os moradores de Rio Bonito, pois com a implantação de Vigilantes 24 horas nas agencias bancarias a Segurança das agencias e dos clientes estará mais garantida.

A direção do Sindicato Svnit vai procurar os Vereadores em todos os Municípios abrangidos pelo nosso Sindicato e apresentar a proposta de projeto de lei que garante Vigilantes 24 horas nas agencias bancarias para que possa ser apresentado ao Plenário da Câmara e votado, garantindo com isso mais empregos para a nossa categoria e mais Segurança para os clientes das agências bancárias.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Niterói

# Vigilantes de Volta Redonda e Região Sul Fluminense, promovem campanha de arrecadação de alimentos para vigilantes



O Um grupo de vigilantes da Cidade de Volta Redonda e Região Sul Fluminense - RJ, estão realizando um trabalho extraordinário em prol dos vigilantes que estão passando por situações difíceis, com um grande número de vigilantes desempregados, o Vigilante Bruno César, com apoio de outros vigilantes resolveram lançar uma campanha através de um grupo no WhatsApp, denominado Núcleo De

Apoio Aos Vigilantes De Volta Redonda e Região Sul Fluminense, o grupo tem se destacado pelo trabalho realizado por esses vigilantes, a campanha de arrecadação de alimentos já beneficiou diversas famílias em menos de 2 meses. O Núcleo conta também com assistência jurídica para os vigilantes, balcão de emprego e parcerias com escolas de formação para que os vigilantes possam realizar cursos e reciclagens por um preço acessível.

Os coordenadores do núcleo estão muito felizes com a desenvoltura do Núcleo, e acreditam que o grupo possa crescer de acordo com apoio dos vigilantes e futuras parcerias.

## Coordenadores do Núcleo

Bruno César  
Arline Cristino  
John Cássio  
Lucas Barbosa  
Robson Silva

Fonte: Núcleo De Apoio Aos Vigilantes De Volta Redonda

# Governo Bolsonaro insiste em liberar trabalho aos domingos e feriados

Mesmo após texto que incluía o trabalho aos domingos para todas as categorias ter sido retirado da MP da Liberdade Econômica, o governo e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, avaliam retomar projeto



NITERÓI — A perda de mais de 100 direitos retirados da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pela reforma Trabalhista do ilegítimo Michel Temer (MDB-SP) não foi suficiente para o governo de Jair Bolsonaro (PSL/RJ), que insiste em tirar mais direitos da classe trabalhadora.

Depois de sofrer uma derrota no Senado, que tirou da Medida Provisória nº 881, a MP da Liberdade Econômica, a regra aprovada pela

Câmara dos Deputados que liberava o trabalho aos domingos para todas as categorias, o governo avalia uma nova forma de retomar a discussão. A informação é do secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, que não conseguiu ser reeleito deputado federal depois de relatar a reforma de Temer.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) prontamente se colocou a disposição para apresentar um projeto de lei para acabar com o descanso do trabalhador aos domingos e feriados, ignorando o ataque que a medida representa aos direitos dos trabalhadores.

A possibilidade de o tema voltar ao Congresso, num projeto de lei específico, é duramente criticada pelo secretário de Assuntos Jurídicos da CUT, Valeir Ertle. O dirigente lembra que já existem critérios em acordos coletivos e legislação específica que permite a diversas categorias trabalhar aos domingos, como comércio, bares, restaurantes e hotéis e que é balela alegar que a medida contribui para gerar emprego e aquecer a economia.

“É um engodo ou falta de conhecimento querer alterar uma legislação específica que já existe para outras funções”, diz Valeir, complementando: “As empresas estão com um baixo nível de emprego, fechando as portas mais cedo, e não é abrindo aos domingos e dando folgas aos trabalhadores durante a semana que o governo vai resolver o problema do desemprego e estímulo a economia”.

O dirigente afirma ainda que a CUT vai voltar a pressionar o Senado caso o projeto de trabalho aos domingos seja apresentado.

“Espero que os parlamentares tenham bom senso e não aprovem mais esta medida porque este governo quer mesmo é retirar todos os direitos da classe trabalhadora. Este é o cerne da questão”, analisa o secretário de Assuntos Jurídicos da CUT.

A proposta inicial da Câmara era dar uma

folga ao trabalhador em um domingo a cada sete semanas seguidas. Depois da polêmica, o relator baixou para quatro semanas de trabalho e uma folga. Os senadores derrubaram essa alternativa também.

Ainda não se sabe qual o conteúdo do PL que o governo e o presidente do Senado pretendem fazer, o certo é que o trabalho aos domingos e feriados prejudica o convívio familiar.

“Quando é que eles [trabalhadores] vão para a igreja, para um lazer?”, questiona o procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT), Márcio Amazonas de Andrade.

Para ele, a medida “tem um potencial de esfacelar as famílias deste país” ainda deixar as crianças nas ruas ou com os vizinhos, aos domingos, dias em que ficavam com os pais.

### **CUT liderou luta contra o trabalho aos domingos**

De acordo com Valeir Ertle, o trabalho aos domingos só não foi aprovado no Senado, na noite de quinta-feira (22), por pressão da CUT, dos parlamentares da oposição e outros órgãos de defesa da classe trabalhadora. Além disso, o próprio Supremo Tribunal Federal (STF), já havia se manifestado de que a inclusão numa MP de itens alheios ao projeto original poderia enfrentar resistências jurídicas.

“Apesar da fake news de que a CUT aceitou negociar o trabalho aos domingos, conseguimos retirar muitos jabutis do texto”, diz, se referindo ao termo utilizado quando se inclui assuntos que não tem nada a ver com o texto original de um projeto de lei ou Medida Provisória (MP).

Um dos itens aprovados, no entanto, revoga uma lei que extinguiu o trabalho aos sábados em bancos. Isto permitirá que as agências bancárias abram aos sábados.

Fonte: Rosely Rocha – CUT Brasil

# Tasso tira BPC da Previdência e propõe novas contribuições e inclusão de estados

**No relatório, o senador Tasso Jereissati retirou pontos considerados prejudiciais aos mais carentes e sugeriu uma PEC paralela para contemplar propostas de emendas dos senadores**



O relatório apresentado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019 retirou pontos considerados prejudiciais aos mais carentes e sugeriu o texto da PEC paralela para contemplar a inclusão de estados e municípios nas novas regras de aposentadora entre outras alterações. As supressões, segundo Tasso, não farão com que a reforma retorne à Câmara dos Deputados. Já a PEC paralela precisa ainda de 27 assinaturas para começar a tramitar no Senado.

Ele procurou contemplar parte dos pedidos de alteração dos senadores. Foram mais de 150 emendas apresentadas. Entre elas, a eliminação de todos os trechos da PEC que tratavam do Benefício da Prestação Continuada (BPC). O documento será lido na reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nesta quarta-feira (28), a partir das 10h.

Tasso sugeriu, na proposta paralela, mudanças mais substanciais, como a inclusão dos estados na reforma da Previdência, o que gerará potencial impacto líquido de R\$ 350 bilhões, e a criação de novas três fontes de financiamento para a seguridade social, que engordará os cofres públicos em mais de R\$ 155 bilhões. O impacto total em dez anos é esperado em R\$ 1,34 trilhão, maior que os R\$ 930 bilhões previstos com o texto que veio da Câmara dos Deputados.

“Em resumo, não é possível conceber um endividamento ilimitado para o Tesouro. Mas também não é possível compactuar com

injustiças. Há que promovermos correções. Essas correções devem ser de baixo para cima, do piso da pirâmide para o alto da pirâmide. Nosso foco tem de ser em beneficiar os mais vulneráveis”, defende em seu relatório.

## **Supressões**

Dentre os trechos retirados do texto que veio da Câmara, o mais substancial é a eliminação, por completo, de qualquer menção ao Benefício da Prestação Continuada (BPC), ou seja, o auxílio não passará a fazer parte da Constituição Federal.

Segundo Tasso, o texto que veio da Câmara constitucionalizava o atual critério previsto em lei para o recebimento do BPC, a linha de pobreza de um quarto do salário mínimo per capita, quase R\$ 250 para uma família ter direito ao benefício. No entanto, há questionamentos na Justiça que pretendem elevar esse limite para meio salário mínimo por pessoa, o que significa menos de R\$ 500. Então, inserir a regra na CF impediria eventuais decisões judiciais favoráveis a famílias carentes.

“O BPC não deve fazer parte desta Reforma”, defende Tasso no relatório.

**Tasso também suprimiu o dispositivo que elevava a regra de pontos ao longo dos anos, para a aposentadoria especial dos expostos a agentes nocivos, como os mineiros. Fica mantida apenas a necessidade de somar idade e tempo de contribuição nos valores de 66, 76, ou 86 anos para mulheres e homens, dependendo do caso, e tempo de exposição de 15, 20 ou 25 anos, também a depender da exposição.**

Foram eliminados do texto trechos que poderiam impedir a criação da contribuição extraordinária cobrada dos servidores públicos, aposentados e pensionistas dos estados e municípios. A redação do artigo 149 ficou sem a expressão “no âmbito da União” para evitar interpretações de que ela só poderia ser cobrada pela União. Assim, a instituição de contribuição extraordinária fica sendo prerrogativa da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios se a PEC 6/2019 for aprovada com essa mudança.

“Ficam asseguradas as autonomias de estados, DF e municípios previstas em outros dispositivos da PEC quanto à instituição de contribuição extraordinária em caso de déficit atuarial”, explica o relator.

Tasso também fez uma série de mudanças de redação para ajustes de palavras e para uniformizar os termos da proposta e retirar redundâncias.

### **PEC paralela**

Tasso Jereissati lembrou que os pedidos para a inclusão na reforma dos estados, do DF, e dos municípios são a fundação da redação da PEC paralela. Por isso, esse é o primeiro artigo da proposta. Tasso sugeriu que estados, o Distrito Federal e os municípios adotem integralmente as regras do regime próprio de previdência dos servidores da União, aprovado a partir da PEC original, mas condicionada à aprovação nas assembleias legislativas de proposta apresentada pelos governadores aderindo às regras.

Caso esta aprovação ocorra em nível estadual, a adoção integral também se aplicará aos municípios do estado com regimes próprios de Previdência, que passarão a ter as mesmas regras previdenciárias dos servidores da União. A autonomia do município é preservada, já que há uma cláusula de saída neste caso: em até um ano pode-se aprovar lei de iniciativa do prefeito para voltar atrás nessa adoção.

### **Novas cobranças**

O senador propôs uma revisão de renúncias previdenciárias de baixo impacto social, “particularmente as feitas em benefício de grupos econômicos que podem arcar com as contribuições”. A ideia é implementar uma cobrança gradual de contribuições previdenciárias das entidades educacionais ou de saúde com capacidade financeira enquadradas como filantrópicas. Estima-se um impacto fiscal de R\$ 60 bilhões. Aqui, estão excluídas as Santas Casas e as entidades de assistência.

Haverá cobrança gradual de contribuições previdenciárias do agronegócio exportador, e cobrança no Simples, destinada a incentivar as micro e pequenas empresas a investirem em prevenção de acidentes de trabalho e proteção do trabalhador contra exposição a agentes nocivos à sua saúde. A expectativa é de impacto da ordem de R\$ 60 bilhões e R\$ 35 bilhões, respectivamente.

“Não temos clareza sobre porque faculdades

destinadas à elite da elite; hospitais que pagam salários de seis dígitos; ou bem-sucedidos produtores rurais não devem pagar o INSS de seus funcionários. A lógica aqui é simples: se eles não estão pagando, alguém está”, explica no documento.

Haverá transição, para que as cobranças se estabeleçam de forma gradual e progressiva, ao longo de cinco anos. Essas alterações representarão um impacto de mais de R\$ 155 bilhões em dez anos aos cofres da seguridade social.

### **Outras mudanças**

Na PEC paralela também há mudanças para garantir que a pensão por morte nunca seja inferior a um salário mínimo. Além disso, altera o percentual acrescido por dependente dos atuais 10% para 20% quando são menores de idade.

“Nos orientamos pela proteção da base da pirâmide. E a ideia de pensionistas vivendo com menos que o salário mínimo é uma coisa que não estamos dispostos a aceitar”, defende.

Outra alteração sugerida beneficia os homens que ainda não estarão no mercado de trabalho com a entrada em vigor das mudanças sugeridas pela PEC 6/2019. Para eles, a PEC paralela sugere 15 anos mínimos de contribuição, em vez dos 20 previstos na proposta que veio da Câmara.

“A informalidade e o desemprego são estruturalmente altos em nosso país, e a elevação do tempo mínimo poderia criar no futuro um contingente de inapostentáveis”, avalia.

A PEC paralela também apresenta um cálculo mais vantajoso na aposentadoria por incapacidade em caso de acidente, ou seja, nos casos em que a morte não se deu por acidente de trabalho, doença profissional ou doença de trabalho, com um acréscimo de 10% na aposentadoria. O impacto estimado é de R\$ 7 bilhões, segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI), em dez anos, disse Tasso.

### **Funpresp**

Fica reaberto, por seis meses contados da data em que a PEC paralela entrar em vigor, o prazo para migração dos servidores federais que quiserem aderir ao regime de previdência complementar dos servidores públicos federais, o Funpresp.

Fonte: Agência Senado

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

[www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

[cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF